

CORREIO DEBATE

O vilão das bebidas

» FERNANDA STRICKLAND

No Brasil, a carga tributária é conhecida por ser uma das mais altas do mundo, e tem um peso significativo sobre as bebidas destiladas. A discussão em torno do tema é complexa, e a reforma tributária, que, agora, tramita no Senado Federal, prevê a criação de um imposto seletivo sobre bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Esse novo tributo ganhou o apelido de “imposto do pecado”, porque deve incidir sobre itens como cigarros, bebidas alcoólicas e pesticidas. O termo é uma

expressão utilizada para se referir aos impostos aplicados sobre produtos considerados prejudiciais à saúde, como refrigerantes açucarados e alimentos com alto teor de gordura e açúcar, ou que possam gerar comportamentos indesejáveis na sociedade.

Conforme dados do setor, a carga tributária incidente sobre destilados no Brasil pode ultrapassar 80% do valor final do produto. Essa taxa é composta por diferentes tributos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o

Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Diante desse cenário, especialistas e representantes do setor têm defendido a necessidade de uma revisão na carga tributária sobre as bebidas alcoólicas.

Com o tema “Alcool e Tributação: uma discussão consciente”, o **Correio Debate**, um evento realizado pelo **Correio** Brasileiro, em parceria com a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), vai entrar novamente na discussão da Reforma Tributária, em 17 de outubro. O encontro reunirá autoridades e especialistas para propor uma discussão consciente sobre a isonomia tributária para o segmento.

Devido ao alto custo dos impostos, várias associações defendem que o mercado ilegal acaba sendo beneficiado. Contudo, a prática do comércio clandestino dentro do mercado de bebidas destiladas ainda é um tema que merece ser amplamente discutido no país.

Estimativas feitas pela ABBB indicam que cerca de 36% dos destilados vendidos em 2021 eram provenientes do mercado ilegal — aumento de 6,5 pontos percentuais em relação a 2019, quando essa participação era de 29,5%. Para a entidade, um dos motivos da expansão da ilegalidade é a tributação excessiva.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

3 em 1 do arcabouço

Vamos ser atrevidos e supor que a meta do déficit zero do orçamento federal de 2024 seja alcançada. Isso exige que o Congresso aprove os projetos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar o Imposto de Renda de empresas e fundos e cortar incentivos fiscais com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

São medidas difíceis politicamente. Elas oneram os contribuintes de maior renda, justamente aqueles capazes de acelerar os investimentos como querem o governo e os milhões de brasileiros desesperançados com a estagnação iniciada com a desindustrialização no fim dos anos 1990.

Então, com tantos riscos, tem que valer a pena. Vai valer? Não se sabe se o programa que substituiu o teto de gasto corrompido na gestão passada para reeleger Bolsonaro terá eficácia. É o tal do “arcabouço fiscal”, definido pela Lei Complementar 200. Nela não há, explicitamente, a meta de déficit zero em 2024. É uma promessa.

A intenção — esta é a palavra apropriada: intenção — é que em quatro anos de governo Lula o saldo primário (receitas menos despesas sem os juros da dívida pública) saia do negativo, algo como 1,1% do PIB este ano, para o positivo. Para 2024, o intervalo de variação é de -0,25% do PIB a +0,25%. Zero é a meta de Haddad, subindo para +0,5% em 2025 e +1% em 2026. Numa conta de padeiro, o quadriênio fiscal do terceiro governo Lula teria um saldo positivo de 0,4 ponto de percentagem.

Mas o mercado financeiro está cético. No último boletim Focus do Banco Central, o saldo primário sairia de -1,1% do PIB este ano para -0,83% em 2024, -0,6% em 2025 e -0,4% em 2026, consolidando um déficit de 2,93 pontos percentuais nos quatro anos da administração federal.

Para o orçamento zerar em 2024, o governo precisa encontrar R\$ 168,5 bilhões, cerca de 1,5% do PIB. Parte poderia vir melhorando os gastos das rubricas da LOA, só que não, elas vão crescer. Resta onerar o IR, já que os demais grandes impostos federais (IPI, PIS/Cofins) compõem o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), assim como o ICMS e ISS, na reforma aprovada na Câmara e agora tramitando no Senado.

Mexer com o IR antes da reforma da renda prevista para depois do IBS surgir não faz sentido. Mas assim está dado. E o que vai acontecer?

Nada. O investimento mínimo para sairmos da mesmice é privado, dada a penúria das contas fiscais. Ele existe, mas não aceita desaforo.

Analisem JK e Lula 1 e 2

Projetos nacionais com grandes objetivos, num mundo em que tudo está conectado 24 horas todos os dias e setores econômicos inteiros estão ameaçados por novas tecnologias e modelos de negócios, são por demais complexos e sofisticados para serem concebidos por grupos fechados.

Já era assim na época do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1960, quando boa parte da formulação dos investimentos veio de grupos executivos, integrando governo, academia, empresas e bancos.

Foi assim nos dois primeiros governos Lula, com os principais planos e programas formulados fora da estrutura rígida dos ministérios, mas com forte conexão com os objetivos do presidente e sua base política.

Não se afasta também a cabeça macroeconômica do corpo dos projetos, entre obras de infraestrutura e modernização setorial do agronegócio, mineração, indústria e serviços. Os programas sociais são a forma de a realização empresarial promover a renda pela geração de empregos e amparar os segmentos da população deixados historicamente à margem.

O fato é que não se confirmou em nenhum lugar do mundo a ilusão de que, se o Estado for mínimo e os indicadores-chave da estabilidade econômica estiverem sob controle, o crescimento movido pela expansão do capital produtivo seria a consequência feliz.

É assim que estamos: entretidos por normas contábeis do Estado como se a solvência pública estivesse ameaçada e o milagre do crescimento viesse do equacionamento dos fluxos de receita e despesa. Ora...

Capital privado não falta

Desenvolvimento se faz com visão do que desenvolver e reforçar o que já está desenvolvido. Dinheiro para tanto daqui e de fora não falta.

No primeiro caso, candidatos visíveis são as novas energias (eólica, solar, hidrogênio), veículos a bateria, adequação urbana a sistemas inteligentes, a indústria da saúde e tudo o que vem da tecnologia de informação e inteligência artificial. No segundo, já passa da hora a verticalização das cadeias de valor do agro, inclusive com marca e certificação ambiental, e a exploração de minerais estratégicos para as energias limpas como oportunidade para a reindustrialização.

Há também um sem-número de empresas com boa posição de mercado, mas carentes de tecnologia para renovar o que fazem, com gestão obsoleta, passivos fiscais e, não raro, com problemas de sucessão do fundador.

O governo, e cada vez mais o Congresso, pode muito na economia, mas, em geral, ajuda a impulsionar o crescimento quando tem as suas contas razoavelmente em ordem e compreende o que atrai o capital.

Brasil como bola da vez

É possível que esforços fiscais com vistas a retorno político rápido no cenário polarizado que a decadência de Bolsonaro não fez arrefecer possam ter implicações mais negativas que o resultado esperado. Ainda mais quando sugerem atomização da autoridade governamental.

É o que se vê com a falta do governo na disputa entre emissores de cartões e as empresas de maquininhas. Os bancos ficam com o risco do crédito, enquanto o modelo de negócios das chamadas credenciadoras se baseia na antecipação a lojistas de seus recebíveis. O negócio cresce quanto maior o prazo de venda e, assim, o risco de inadimplência. Sem solução, o Congresso interveio e aprovou lei dando 90 dias para que o acordo se faça ou a cobrança não poderá exceder 100% do valor devido.

Também surpreendeu o corte do juro máximo do consignado, reduzido a 1,91% ao mês em agosto, para 1,84% sem que Conselho Monetário Nacional (CMN), BC e Fazenda fossem ouvidos. E a portaria do Ministério das Cidades zerando as prestações da Minha Casa, Minha Vida a assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família.

Fica a impressão de que o déficit zero em 2024 é álbi para aumentar a arrecadação e vitaminar programas sensíveis ao eleitor nas eleições de 2024.

TALKS

CB TALKS

RADAR

DOS

RAROS

2ª edição

24/10

a partir das 15h30

Cerca de 13 milhões de pessoas vivem com algum tipo de doença rara no Brasil. Cada vez mais, os portadores precisam ganhar notoriedade para as suas necessidades diárias.

Buscando contribuir para a construção de uma agenda positiva e propositiva para as demandas desses pacientes, o Correio Braziliense, em conjunto com a Vertex Farmacêutica, promove a segunda edição do evento Radar dos Raros.

Acompanhe a transmissão ao vivo nas redes sociais do Correio Braziliense

Facebook

YouTube

Saiba mais sobre o evento

Realização:

VERTEX

CORREIO BRAZILIENSE

Apoio institucional:

interfarma

sindusfarma

Frente Parlamentar de DOENÇAS RARAS

FPMS

COD